

SAÚDE: ANVISA NÃO RENOVA EDITAIS DE MEDICAMENTOS E OXIGÊNIO MEDICINAL



Justificativa é a queda dos casos de covid-19.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou na última segunda-feira (11/04), que não vai renovar a vigência dos editais de chamamento de medicamentos e oxigênio medicinal. *“Considerando o cenário epidemiológico atual e a elevada carga administrativa exigida dos envolvidos para manutenção desses editais e dados, a agência decidiu não publicar novos editais neste momento. É importante destacar que, caso o cenário se altere e seja necessário receber novamente as informações, novos editais podem ser publicados”*, informou a agência em nota.

A Anvisa lembrou que tem atuado de diferentes formas no intuito de ampliar a produção e o acesso a medicamentos e oxigênio medicinal durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus (covid-19).

No mesmo retrospecto, a Anvisa destacou que, desde 2020, foram publicados diversos editais de chamamento para que os detentores de registro de medicamentos informassem à agência dados sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, entre outros medicamentos, empregados para a manutenção da vida de pacientes infectados pelo vírus.

A Anvisa acrescentou que da mesma forma, desde 2021, as empresas fabricantes, envasadoras e distribuidoras de oxigênio medicinal fornecem informações sobre estoque, venda e produção. Essas medidas visavam o monitoramento de dados de produção e vendas dos medicamentos listados nos editais, vacinas contra a covid-19 e oxigênio medicinal.

“O objetivo foi possibilitar aos gestores de saúde o mapeamento da quantidade de tais produtos disponíveis para atender a população brasileira, bem como dados referentes à localização dos estoques. Assim, o Ministério da Saúde e outros gestores de saúde poderiam ter previsibilidade, permitindo a adoção, em tempo hábil, das medidas necessárias à garantia de fornecimento desses produtos essenciais. E a Anvisa poderia compreender o cenário e avaliar a possibilidade de concessão de excepcionalidades e flexibilizações, ponderando o risco e o benefício dessas medidas”, destacou a Anvisa.

Foto: Divulgação